



PUBLICAÇÃO

O Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Aviação Civil torna público que, por Sentença, do 1º Juízo do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, proferida no processo n.º 85/18.3YURST, transitada em julgado em 13 de julho de 2017 (que apreciou conjuntamente os recursos dos processos de contraordenação n.º 160/2015 e 57/2017, que correram termos nesta Autoridade), a arguida/recorrente Aero Vip Companhia de Transportes e Serviços Aéreos, S.A. foi condenada:

- a) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.000,00€ (três mil euros) – não pagamento tempestivo fatura n.º 2307 (processo n.º 160/2015);
- b) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.000,00€ (três mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1 (processo n.º 57/2017);
- c) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.000,00€ (três mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 667 (processo n.º 57/2017);
- d) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º



- 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.000,00€ (três mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 476 (processo n.º 57/2017);
- e) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.200,00€ (três mil e duzentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 2071 (processo n.º 160/2015);
- f) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.200,00€ (três mil e duzentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 628 (processo n.º 160/2015);
- g) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.200,00€ (três mil e duzentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 461 (processo n.º 160/2015);
- h) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.200,00€ (três mil e duzentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 314 (processo n.º 57/2017);
- i) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º



- 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.200,00€ (três mil e duzentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 878 (processo n.º 57/2017);
- j) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1848 (processo n.º 160/2015);
- k) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1383 (processo n.º 160/2015);
- l) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1124 (processo n.º 160/2015);
- m) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.600,00€ (três mil e seiscentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1360 (processo n.º 57/2017);
- n) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1



- de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 3.600,00€ (três mil e seiscentos euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1119 (processo n.º 57/2017);
- o) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 4.000,00€ (quatro mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1621 (processo n.º 160/2015);
 - p) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 4.000,00€ (quatro mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 827 (processo n.º 160/2015);
 - q) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 4.000,00€ (quatro mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 160 (processo n.º 57/2017);
 - r) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 4.000,00€ (quatro mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1863 (processo n.º 57/2017);
 - s) pela prática de 1 (uma) contraordenação, a título negligente, prevista nos termos conjugados dos artigos 48.º, n.º 1 a 3 e 55.º, n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro; 2.º n.º 1 da Portaria n.º 77-C/2014, de 1 de abril, e punida nos termos do art.º 9.º, n.º 4 al. b) do Decreto-Lei n.º 10/2004 de 9 de janeiro, na coima parcelar de 4.000,00€ (quatro mil euros) – não pagamento tempestivo da fatura n.º 1619 (processo n.º 57/2017);



- t) pela prática das contraordenações descritas nas alíneas a) a s), na coima única de coima única de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), suspensa na sua execução pelo período de 2 (dois) anos;
- u) na sanção acessória de publicação de um extrato com a caracterização das infrações e as normas violadas, a identificação do infrator e as sanções aplicadas na página eletrónica que a ANAC detém na Internet.